

Por uma FASUBRA autônoma, classista e democrática! Ousar Lutar, Ousar Vencer!

Coletivo Espaço Livre (Coletivo Local constituído por Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Uberlândia)

Que não tá na saudade
E constrói
A manhã desejada...
Gonzaguinha

O Congresso Nacional da FASUBRA a ser realizado em 2012 – importante evento para a categoria dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Públicas Brasileiras – poderá cumprir um papel fundamental no fortalecimento político e organizativo dessa Federação. É com esse espírito, que nós, Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, organizados localmente em um Coletivo Sindical denominado “**Espaço livre**”, apresentamos essa contribuição ao Congresso Nacional da FASUBRA.

CONJUNTURA NACIONAL

Vivenciados quatorze meses do terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do Governo Federal, encabeçado por Dilma Roussef, é possível reunir elementos concretos para avaliarmos que esse Governo não representa os interesses dos trabalhadores brasileiros, e conseqüentemente os anseios dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Públicas Brasileiras, bem como dos que defendem a construção de uma Educação substancialmente Pública no Brasil.

Para ilustrar brevemente essa nossa conclusão, citamos o corte de 50 bilhões de reais no Orçamento Público Federal, realizado pelo Governo Petista em 2011 e a previsão do corte de 55 bilhões de reais no Orçamento Geral da União para 2012. Essa medida econômica demonstra a opção do Governo do PT em não realizar os investimentos financeiros necessários à Educação, Saúde, Habitação, Cultura, Esporte, em outras importantes áreas sociais. Para demonstrar que os trabalhadores não possuem espaço político dentro de mais um Governo liderado pelo PT, lembra-se da postura autoritária adotada por esse Governo em 2011 (postura típica de governos comandados pelo PSDB, Democratas, PMDB e outros partidos da direita tradicional

brasileira), em não negociar com a FASUBRA durante a GREVE que construímos naquele período.

Além disso, podemos recorrer a outro fato concreto de que mensalmente, bilhões de reais são destinados ao pagamento dos juros da dívida pública, bem como proposições políticas, como a aprovação do Projeto que prevê uma Revisão negativa do Código Florestal (que legaliza o desmatamento no país), a aprovação do Projeto que Cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e os bilhões de reais investidos em projetos vinculados ao Agronegócio, relacionados à construção de usinas de cana-de-açúcar e à plantação de monoculturas em detrimento de investimentos de peso na Agricultura Familiar e em um verdadeiro processo de Reforma Agrária no Brasil.

Não nos deteremos em especificar, os demais elementos concretos que demonstram como o Governo petista, atua para manter o Brasil um país de economia dependente; de fato, longe de realizar uma disputa pela hegemonia em prol dos ideais que regem uma sociedade diferente, partindo de um Brasil mais igualitário. Esse Governo, ao se aliar com as diversas esferas do capital (agrário, industrial, financeiro...), não consegue se quer realizar a disputa política e ideológica nos marcos do Programa Democrático Popular; e está mais distante ainda de uma efetiva ação que avance na construção de uma política, de uma cultura e de uma economia com princípios e métodos antagônicos à lógica destrutiva do capital.

Os trabalhadores, que atuam por uma Universidade Pública, Gratuita e Democrática, que defendem a realização de uma efetiva Reforma Agrária e Urbana nesse país; por entender que são políticas essenciais para a redução do desemprego e para a distribuição de renda no Brasil; os trabalhadores que lutam diariamente por uma sociedade justa, democrática e igualitária, não possuem espaço político dentro de mais um Governo do PT e conseqüentemente, podemos entender que esse, de fato, não é mais um Governo nosso, não é um Governo dos e para os trabalhadores desse país! Assim, não cabe ao movimento sindical construído pela FASUBRA, nenhuma ilusão positiva a respeito dos rumos políticos que serão seguidos pelo Governo petista.

OS (DES)CAMINHOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

Nesses últimos anos, presenciamos raros avanços políticos para a construção de uma Educação Superior Pública, Gratuita e com Qualidade no Brasil. Devido à Lei 9632/98 aprovada durante o Governo do PSDB que proibiu a realização de concursos públicos para os cargos dos níveis A, B e para a maioria dos cargos do nível C; e devido a conivência dos Governos petistas com essa premissa neoliberal, presenciamos uma intensificação no processo de terceirização de serviços dentro da Universidade, especificamente nos serviços de segurança, limpeza, alimentação, transporte e outras áreas essenciais para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão nas Universidades Públicas. Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), presenciamos um alastramento na contratação de trabalhadores terceirizados que desempenham funções administrativas que competem não somente aos cargos dos níveis A, B e C, como também ao cargo de nível D. É fácil encontrar trabalhadores

terceirizados alocados nas secretarias e coordenações de curso de graduação ou pós-graduação.

Além disso, em outras Universidades, identifica-se a utilização de estudantes contratados como bolsistas ou estagiários, desempenhando funções administrativas em diversos setores das Instituições. Na UFU, não são poucos os estudantes que de fato trabalham, principalmente nas Pró-Reitorias, exercendo funções características dos Técnico-Administrativos em Educação.

Somado a isso, temos o Decreto Nº 6.096, que instituiu – na ausência de qualquer debate público ou critério estabelecido – o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), impondo uma expansão precária, com insuficiente contratação de Técnico-Administrativos em Educação e Docentes com dedicação exclusiva, dado o escasso orçamento financeiro destinado a tal expansão. Atualmente acompanhamos a expansão baseada no aumento de contratos precários de trabalho terceirizado e com verba insuficiente destinada a assistência estudantil. Não é essa expansão que a FASUBRA em conjunto com outras entidades sociais vinculadas à educação, historicamente defenderam nas últimas três décadas.

Ressalta-se ainda, que a expansão presenciada na Educação Superior Pública, é ínfima perto da vigorosa expansão da Educação Superior Privada presenciada no país nos últimos anos, com a criação de inúmeras Universidades Privadas que oferecem essencialmente a prática apenas do Ensino, sem a prática da Pesquisa e da Extensão. Isso simboliza a expansão de uma lógica mercadológica no campo educacional, que em grande parte está destinada a atender os anseios do mercado e não da sociedade.

Durante os últimos anos, em nada avançamos rumo a construção de uma Universidade Pública verdadeiramente democrática. Em pouco avançamos na construção de uma Universidade Pública que se referencia em princípios presentes no Projeto Universidade Cidadã, construído pelos trabalhadores organizados na FASUBRA. Atualmente, o mais alto cargo administrativo das Universidades (Reitor e Vice-Reitor) ainda é ocupado apenas por docentes, e 70% das vagas dos Conselhos Superiores também são ocupados por docentes! Até nisso, o Governo do PT foi incapaz de avançar progressivamente, demonstrando a sua falência enquanto espaço/instrumento dos trabalhadores na construção de outra sociedade possível, como também demonstrou-se falido enquanto espaço/instrumento de apoio aos trabalhadores que buscam a construção de um modelo de Universidade referenciado em princípios claramente democráticos.

Nesse quadro, tem - se as inúmeras políticas implementadas pelo Governo petista, referenciadas na lógica mercadológica da Educação (PROUNI, SINAES, Lei de Inovação Tecnológica, legalização e fortalecimento do Ensino à Distância) e que não foram substancialmente debatidas com a população e com os setores organizados que historicamente atuaram e atuam em defesa da educação, como o ENEM e o SISU. O Governo do PT, recorrendo às experiências educacionais de Educação Privada presentes em outros países, começou a utilizá-los como provas padronizadas como forma de seleção integrada as Universidades Públicas no Brasil. Para legitimar essa política, o Ministério da Educação (MEC), afirma que “presenciaremos uma democratização e uma mobilidade maior aos jovens brasileiros que terão enfim a possibilidade em disputar uma vaga em Universidades de outros Estados.” Porém, isso só seria possível se o Governo do PT realmente destinasse o

investimento necessário à estruturação da Educação Pública no Brasil, investindo na Assistência Estudantil, por exemplo; o que não é o caso.

É uma necessidade urgente, ampliar e melhorar a Assistência Estudantil, que é um dos pilares da Universidade que garante meios para que o aluno permaneça na Instituição; diante a construção de moradias estudantis, disponibilização de bolsas alimentação e estágios disciplinares vinculados à formação acadêmica do discente com valores corrigidos que possibilitem aos estudantes meios para sobrevivência.

Assim, essas ações que padronizam o ingresso às Universidades por meio de provas, que em nossa opinião, em um sociedade tão múltipla e desigual; ferem a autonomia didática e científica das Universidades, além das peculiaridades culturais de cada região (anteriormente presentes nos processos seletivos de cada universidade), de fato pouco avança rumo a democratização do acesso ao Ensino Superior e à mobilidade estudantil.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O Movimento Sindical construído pela FASUBRA poderá cumprir uma importante tarefa na luta em defesa da Educação Pública, na construção de uma Universidade Pública, Gratuita, com Qualidade e realmente Democrática; bem como na expansão com qualidade da Universidade Pública, dentro dos princípios historicamente defendidos pelas entidades educacionais.

E para seguirmos rumo a construção de uma Universidade Pública, Gratuita, com Qualidade e essencialmente Democrática; não teremos outro caminho a não ser o de seguir contra a lógica privada presente nas estruturas organizativas das Universidades Públicas, presentes nos Projetos de Leis apresentados pelo Governo Federal e na estrutura do trabalho caracterizado pela presença de inúmeros terceirizados e estagiários/bolsistas cumprindo as funções que deveriam ser exercidas por trabalhadores concursados.

E se a História nos ensinou que são os trabalhadores, os sujeitos ativos das lutas sindicais que fortalecem a luta contra a lógica privada na Educação e a defesa da Democratização das Universidades, é necessário que a FASUBRA encare o desafio de organizar os trabalhadores terceirizados; entendendo que isso não significa a defesa, por parte da FASUBRA, da institucionalização do processo de terceirização existente hoje nas Universidades Públicas.

Se as lutas encampadas pela FASUBRA nos próximos anos, contar essencialmente com os trabalhadores concursados será mais difícil alcançar os objetivos pretendidos. Atualmente, nas Universidades Públicas, uma parcela de trabalhadores (sob o Regime Jurídico Único) estão vinculados a um piso salarial de R\$1034,00 reais, realizando 40 horas semanais em sua maioria de segunda à sexta; e outra enorme parcela de trabalhadores (terceirizados vinculados ao Regime de Trabalho da CLT) estão vinculados à um piso salarial que se localiza em torno de R\$622,00 reais, realizando 44 horas semanais, controlados eletronicamente por ponto eletrônico, sofrendo com a instabilidade no emprego e com intensas práticas de assédio moral. Para lutar contra a presença de um regime de trabalho desigual dentro das Universidades, a estratégia que entendemos ser a mais adequada, é aquela que

se baseia na Organização por Local de Trabalho e que ouse à enfrentar as diversidades, contribuindo organicamente na organização política e sindical desses trabalhadores. Se a FASUBRA adotar essa estratégia, poderemos realizar lutas intensas com capacidade de paralisar organicamente as Universidades Públicas durante as nossas GREVES. Para lutar contra o precário regime de terceirização, é necessário que os trabalhadores terceirizados que hoje em várias Universidades Públicas no país não possuem uma experiência com o movimento sindical construído pelas entidades sindicais filiadas à FASUBRA, se aproximem do movimento para fortalecer a luta pela construção de uma Universidade Pública, Gratuita e com Qualidade.

Lutar contra a ampliação da terceirização vigente hoje nas Universidades Públicas Brasileiras será parte essencial da luta por uma Universidade essencialmente Pública e Democrática, com valores antagônicos à lógica privada - mercadológica imposta pelo capital internacionalizado.

CONJUNTURA INTERNA DA FASUBRA

Diante de todas as dificuldades encontradas pelo Movimento Sindical brasileiro, e no caso pelo Movimento Sindical protagonizado pela FASUBRA durante os últimos anos, em especial durante a GREVE de 2011; percebemos que há um debate de fundo sobre concepção e prática sindical, expresso nos caminhos de nossa luta. Há hoje na FASUBRA, setores políticos vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) que defendem uma concepção e prática sindical denominada de “sindicalismo cidadão”, “sindicalismo de resultados” ou “sindicalismo propositivo”; que não adota em sua essência uma perspectiva classista para a prática sindical. Tal concepção coloca em um horizonte muito distante a necessidade dos trabalhadores realizarem GREVES (mesmo quando o Governo ataca constantemente e diretamente os direitos essenciais dos trabalhadores, como foi o caso em 2011 com a criação da EBSERH que implementa a lógica privada na administração dos Hospitais Universitários), e a grosso modo defende na prática que mesmo sob ataque direto aos direitos sociais, o movimento sindical representando os trabalhadores deve permanecer somente na mesa de negociação com o Governo até o fim, negociando questões relativas ao salário. A concepção sindical “cidadã”, “propositiva” expressa pela CUT nos últimos anos e pela CTB desde sua formação, não enxerga a necessidade de aliar a luta econômica com a luta política; se posicionando assim, contra a estratégia de construir GREVES para obter melhores salários, recursos para a carreira e para defender os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores no Brasil, que agora são alvos da ofensiva destruidora do capital, em sua fase de crise estrutural.

Há também na FASUBRA, setores políticos que se organizam no Coletivo Sindical Vamos à Luta e no antigo agrupamento denominado “BASE”, que adotam ainda uma postura classista e autônoma para o movimento sindical na FASUBRA, expressando corretamente, em nossa opinião, a necessidade de construir efetivamente a luta com GREVES, paralisações, atos e ações no campo burocrático do Estado, conciliando nessas lutas a defesa dos direitos dos trabalhadores (como a

defesa da saúde pública na luta contra a EBSEH) e na defesa de melhores salários e mais recursos para a carreira. Nesse sentido, de forma correta, esses agrupamentos defenderam em 2011 a realização de uma GREVE, mediante a negociação ineficaz protagonizada pelo governo em relação às nossas reivindicações econômicas e políticas (como por exemplo o nosso descontentamento com a não correção de perdas acumuladas da inflação e ausência de proposta do governo para o reajuste salarial; bem como a edição da então Medida Provisória 520).

Durante a GREVE, de forma coerente com sua concepção sindical “cidadã”, “propositiva”; a CUT e a CTB se posicionaram contra a realização e a manutenção da GREVE; enquanto o Coletivo Sindical Vamos à Luta e a Frente BASE, se posicionaram de forma coerente e correta em defesa da construção e da manutenção da GREVE. Foi uma luta árdua, difícil, que trouxe poucas vitórias concretas aos trabalhadores representados pelo Movimento Sindical da FASUBRA; mas que sem dúvida nenhuma, foi um movimento rico em experiências para a categoria que foi à luta (que certamente em um futuro próximo enfrentará novos embates), e foi um movimento necessário para defender os interesses da categoria, o direito à saúde pública, gratuita e com qualidade para todos e todas; e para defender o nosso projeto de Universidade Pública, Gratuita, com Qualidade e Democrática.

Nesse sentido, nesse Congresso Nacional da FAUBRA, entendemos que é uma necessidade, a construção de uma chapa que unifique todos e todas que defendem de fato, uma concepção sindical autônoma e classista para a FASUBRA, construindo um bloco de todos e todas que não estão apenas na saudade das lutas realizadas nas décadas passadas, mas, que constroem na prática a manhã desejada; em oposição à concepção expressa pela CUT e pela CTB que se fundamenta na estratégia equivocada do “sindicalismo cidadão”. Defender a concepção classista para o Movimento Sindical Brasileiro e para o Movimento Sindical protagonizado pela FASUBRA é uma importante tarefa para esse período, para fortalecermos a nossa organização sindical e a luta em defesa de melhores condições de salário, de trabalho e de vida; bem como para defender os nossos direitos históricos; fortalecendo assim a construção de uma outra sociedade, antagônica aos valores, à lógica e aos princípios impostos pelo capitalismo.

BANDEIRAS DE LUTAS

O Congresso Nacional da FASUBRA aprovará inúmeras bandeiras de lutas para orientar a ação política dos Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Públicas Brasileiras. Em nossa contribuição, destacaremos alguns pontos que julgamos importante constar na lista de encaminhamentos de lutas a serem aprovadas nesse Congresso. Mas centralmente, a FASUBRA deve colocar em foco na luta política, dois pontos que afetam a estrutura vigente nas Universidades hoje:

O primeiro ponto é a luta concreta pela **DEMOCRATIZAÇÃO** das Universidades Públicas Brasileiras, defendendo e construindo a luta pela **PARIDADE** nos Conselhos Superiores em todas as Universidades Públicas! **Pela PARIDADE JÁ!**

O segundo ponto é enfrentamento contra o duro desafio de **Lutar CONTRA a TERCEIRIZAÇÃO** vigente hoje nas Universidades Públicas Brasileiras! Para isso, defendemos que a FASUBRA, pautada pelo princípio da Organização por Local de Trabalho, encare o desafio de organizar os trabalhadores terceirizados, para fortalecer a luta contra esse truculento e precarizado regime de trabalho imposto pela terceirização. Nesse sentido, necessitamos massificar a luta contra a LEI 9632/98 que proibi a realização de concursos públicos para os cargos de apoio (níveis A, B e C).

Juntos com esses dois pontos que destacamos inicialmente, teremos inúmeros outros elementos de ordem política e econômica que vão compor a nossa pauta de luta. Entre esses, destacamos:

- Lutar diretamente contra o PLC 79/11 que cria a EBSEH a nível nacional e centralmente a nível local, travando a luta dentro dos Conselhos Superiores.
- Lutar contra o PLP 549/09, que congela o salário dos servidores públicos federais por 10 anos.
- Lutar contra o PL 248, que permitirá a demissão no serviço público federal via avaliação de desempenho.
- Lutar contra o PL 1992/07, que cria a previdência complementar, para os servidores públicos federais.
- Lutar contra qualquer Projeto Político do Governo Dilma que retira direitos sociais dos trabalhadores.
- Lutar em defesa de uma expansão das Universidades Públicas com qualidade e financiamento necessário. Não à expansão precarizada, com investimento público insuficiente, como ocorre nos moldes do REUNI.
- Lutar contra as políticas do Governo Federal que fortalecem a expansão do Ensino Superior Privado em todo o país. A Educação deve ser Pública, Gratuita, com Qualidade e Democrática!
- Lutar pela valorização dos Servidores e Serviços Públicos.

É proibido não transformar sonhos em realidade,
não viver cada dia como se fosse um último suspiro.

Pablo Neruda

A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal,
de toda opressão, de toda violência e possam gozá-la plenamente.

Leon Trotsky